

***TERRA PAPAGALLI: REPRESENTAÇÕES DO INDÍGENA ENTRE O RISO E O EXOTISMO***

*TERRA PAPAGALLI: REPRESENTATIONS OF INDIGENOUS PEOPLE BETWEEN LAUGHTER AND EXOTISM*

*TERRA PAPAGALLI: REPRESENTACIONES DE LOS PUEBLOS INDÍGENAS ENTRE LA RISA Y EL EXOTISMO*

---

**Anita Ryane Magalhães Lopes**

E-mail: [anita.lopes@mail.uft.edu.br](mailto:anita.lopes@mail.uft.edu.br)

**Dinameire Oliveira Carneiro Rios**

E-mail: [dinameire.rios@mail.uft.edu.br](mailto:dinameire.rios@mail.uft.edu.br)

**ABSTRACT:**

This article analyzes the construction of the colonized subject in the novel *Terra Papagalli*, by José Roberto Torero and Marcus Aurelius Pimenta, from a post-colonial perspective. Structured as a fictional diary attributed to Cosme Fernandes, the work proposes an ironic reinterpretation of the colonization process in Brazil, highlighting the tension between memory, invention, and historical discourse. Through a discursive analysis of the narrative, the study investigates how the indigenous person is represented as an unstable and ambivalent figure, constructed from the colonizer's perspective. The reflection engages with the contributions of Homi K. Bhabha (2019) and Albert Memmi (2007), demonstrating that the colonial stereotype does not fix the other, but produces it through oscillations between exoticization, inferiorization, and threat. Furthermore, the role of language as a practice of power, responsible for organizing and limiting the ways in which alterity is perceived, is discussed. It can be concluded that the novel not only represents the colonized subject, but also critically exposes the discursive mechanisms that underpin this representation, contributing to a more critical reading of established historical narratives.

**KEYWORDS:** Colonized subject; Colonial discourse; Representation.

**RESUMO:** Este artigo analisa a construção do sujeito colonizado no romance *Terra Papagalli*, de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta, a partir de uma perspectiva pós-colonial. Estruturada como um diário ficcional atribuído a Cosme Fernandes, a obra propõe uma releitura irônica do processo de colonização do Brasil, tensionando as relações entre memória, invenção e discurso histórico. O estudo investiga, por meio de uma análise discursiva da narrativa, de que maneira o indígena é representado como uma figura instável e ambivalente, construída a partir do olhar do colonizador. A reflexão dialoga com as contribuições de Homi K. Bhabha (2019) e Albert Memmi (2007), evidenciando que o estereótipo colonial não fixa o outro, mas o produz por meio de oscilações entre exotização, inferiorização e ameaça. Além disso, discute-se o papel da linguagem como prática de poder, responsável por organizar e limitar as formas de percepção da alteridade. Conclui-se que o romance não apenas representa o sujeito colonizado, mas expõe criticamente os mecanismos discursivos que sustentam essa representação, contribuindo para uma leitura mais crítica das narrativas históricas consolidadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sujeito colonizado; Discurso colonial; Representação.

**RESUMEN:** Este artículo analiza la construcción del sujeto colonizado en la novela *Terra Papagalli*, de José Roberto Torero y Marcus Aurelius Pimenta, desde una perspectiva poscolonial. Estructurada como un diario ficticio atribuido a Cosme Fernandes, la obra propone una reinterpretación irónica del proceso de colonización en Brasil, resaltando la tensión entre memoria, invención y discurso histórico. Mediante un análisis discursivo de la narrativa, el estudio investiga cómo se representa a la persona indígena como una figura inestable y

ambivalente, construída desde a perspectiva do colonizador. La reflexión dialoga con las contribuciones de Homi K. Bhabha (2019) y Albert Memmi (2007), demostrando que el estereotipo colonial no fija al otro, sino que lo produce a través de oscilaciones entre exotización, inferiorización y amenaza. Además, se analiza el papel del lenguaje como práctica de poder, responsable de organizar y limitar las formas en que se percibe la alteridad. Se puede concluir que la novela no solo representa al sujeto colonizado, sino que también expone de manera crítica los mecanismos discursivos que sustentan esta representación, contribuyendo a una lectura más crítica de las narrativas históricas establecidas.

**PALABRAS CLAVE:** Sujeto colonizado; Discurso colonial; Representación.

## INTRODUÇÃO

A história da colonização do Brasil, mais do que um conjunto fixo de acontecimentos, pode ser compreendida como um campo de disputas narrativas, atravessado por diferentes vozes, silêncios e formas de representar o passado. Nesse contexto, o romance *Terra Papagalli*, de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta, propõe uma releitura ficcional e irônica do chamado “descobrimento”, deslocando o olhar do leitor para os próprios mecanismos que constroem esse passado enquanto discurso. Ao assumir a forma de um diário atribuído a Cosme Fernandes, figura inspirada no lendário Bacharel de Cananéia<sup>1</sup>, a obra não apenas revisita eventos históricos, mas também problematiza as condições de sua narratividade, tensionando as fronteiras entre memória, invenção e registro. De modo geral, o enredo do romance consiste em contar, por meio do olhar de Cosme Fernandes, o narrador-personagem, como se dá a chegada e a vivência dele junto com outros seis degredados (Jácome Roiz, Antonio Rodrigues, Simão Caçapo, Gil Frago, João Ramalho e Lopo de Pina), deixados na terra que viria a ser chamada de Brasil pela tripulação liderada por Pedro Álvares Cabral em abril de 1500.

A estrutura fragmentada do romance, composta por cartas, relatos e diferentes registros, contribui para esse efeito de instabilidade. Em vez de apresentar uma versão contínua e transparente do passado, o texto evidencia que toda narrativa implica seleção, enquadramento e exclusão. Narrar, nesse sentido, deixa de ser um gesto neutro para se configurar como uma prática atravessada por relações de poder, nas quais determinadas vozes se legitimam enquanto outras são silenciadas ou distorcidas.

É nesse jogo entre memória, invenção e discurso que se constrói, ao longo da narrativa, a imagem do sujeito colonizado. Assim, em *Terra Papagalli*, o indígena não aparece como uma

---

<sup>1</sup> Cosme Fernandes, conhecido como Bacharel de Cananéia, é uma figura histórica associada aos primeiros momentos da colonização portuguesa no litoral sul do Brasil, no século XVI. Considerado um degredado que se estabeleceu na região de Cananéia, sua trajetória é envolta em lacunas documentais, sendo frequentemente reconstruída a partir de relatos de cronistas e interpretações historiográficas posteriores.

presença direta, mas como uma figura constantemente mediada pelo olhar do colonizador, um olhar marcado por oscilações entre fascínio, estranhamento e temor. Essa ambivalência pode ser compreendida à luz das reflexões de Homi K. Bhabha (2019), para quem o estereótipo colonial não se sustenta pela fixidez, mas pela repetição de imagens ambivalentes que revelam as tensões do próprio discurso que busca estabilizá-lo.

A escolha de Cosme Fernandes como narrador intensifica essa complexidade. Isso porque, embora ele se apresente como um sujeito marginal, entre outras causas, por ser um degredado, sua voz não se coloca fora da lógica colonial. Ao contrário, sua narrativa revela uma relação ambígua com o poder: ao mesmo tempo em que ironiza certos aspectos da experiência colonial, também reproduz valores, hierarquias e formas de violência simbólica que sustentam esse sistema. Sua marginalidade, portanto, não opera como ruptura, mas como um ponto de tensão a partir do qual o discurso colonial é simultaneamente exposto e reiterado.

Essa dinâmica também pode ser aprofundada a partir das contribuições de Albert Memmi (2007), que demonstra como a imagem do colonizado não decorre de uma observação neutra, mas responde a uma necessidade estrutural de manutenção das hierarquias coloniais. Nesse sentido, a representação do indígena no romance evidencia não apenas processos de inferiorização, mas também os mecanismos discursivos que sustentam essas construções.

Dessa forma, mais do que uma paródia da história oficial, *Terra Papagalli* se configura como um espaço de problematização das formas de narrar o passado e de construir a alteridade. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar de que maneira a narrativa de Cosme Fernandes constrói uma representação ambígua do processo colonial, evidenciando como, mesmo sob o recurso da ironia e da sátira, o discurso do narrador simultaneamente expõe e reproduz a lógica de dominação.

## METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter interpretativo, voltada à análise discursiva de uma obra literária. O *corpus* da pesquisa é o romance *Terra Papagalli*, de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta, cuja leitura foi realizada de forma integral, considerando tanto sua estrutura narrativa quanto os modos de construção de sentido ao longo do texto.

Do ponto de vista metodológico, a análise se fundamenta em uma abordagem teórico-crítica de orientação pós-colonial, articulando contribuições de Homi K. Bhabha (2019) e Albert Memmi (2007), entre outros autores que problematizam as relações entre discurso, poder e representação. Esses referenciais não são utilizados como modelos rígidos de aplicação, mas

como ferramentas de leitura que permitem tensionar o texto literário e evidenciar suas ambivalências perspectivas críticas.

A construção da análise ocorreu a partir da seleção de trechos significativos do romance, nos quais se observam, de maneira mais evidente, os processos de representação do sujeito colonizado, no caso, o indígena. Esses fragmentos foram escolhidos não por sua frequência, mas por sua capacidade de condensar questões centrais da narrativa, como a oscilação entre exotização e ameaça, a mediação do olhar europeu e o papel da linguagem na produção de sentidos. A leitura desses excertos foi desenvolvida de forma interpretativa, buscando compreender como determinados efeitos de sentido são produzidos no interior do texto, sem dissociá-los de seu contexto narrativo.

Além disso, a análise considerou elementos formais da obra, como a construção da voz narrativa, o uso da ironia e a organização fragmentada do texto, entendidos como aspectos fundamentais para a problematização das formas de narrar o passado. Nesse sentido, não se trata apenas de identificar temas ou conteúdos, mas de examinar os modos pelos quais o discurso literário constrói e tensiona determinadas representações.

Por fim, a pesquisa assume que a interpretação não se apresenta como leitura única ou definitiva, mas como uma possibilidade situada, construída a partir do diálogo entre texto, teoria e leitor. Assim, os procedimentos adotados buscam não apenas descrever o objeto analisado, mas evidenciar os mecanismos discursivos que sustentam a representação do sujeito colonizado, contribuindo para uma compreensão mais crítica das narrativas sobre a colonização.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Pensar a representação do sujeito colonizado em *Terra Papagalli* implica, antes de tudo, reconhecer que o discurso colonial não produz imagens estáveis, transparentes ou neutras do outro. Ao contrário, como propõe Homi K. Bhabha (2019), o estereótipo deve ser compreendido como uma forma de conhecimento marcada por ambivalência, atravessada por tensões internas que revelam tanto um desejo de fixação quanto a impossibilidade de realizá-la plenamente. Nesse sentido, o olhar do colonizador não apenas classifica e descreve, mas expõe, em suas próprias tentativas de organização do mundo, uma instabilidade constitutiva. Aquilo que parece evidente ou natural no discurso colonial é, na verdade, resultado de um esforço contínuo de repetição e reafirmação.

Essa dimensão instável da representação torna-se particularmente visível no romance de José Roberto Torero e Marcus Aurelius Pimenta. Ao longo da narrativa, o indígena nunca se apresenta como uma figura plenamente inteligível dentro dos parâmetros europeus: ele escapa,

resiste, desorganiza. Em alguns momentos, é descrito como dócil, curioso, quase ingênuo; em outros, surge como potencialmente violento, ameaçador ou incompreensível. Essa oscilação não deve ser lida como incoerência narrativa, mas como um indício da própria dificuldade do narrador em lidar com aquilo que não se encaixa em seus esquemas de interpretação. Como observa Homi K. Bhabha (2019), a chamada “fixidez” do discurso colonial é paradoxal justamente porque depende da repetição constante para se sustentar, e é nesse movimento reiterativo que suas contradições vêm à tona: ao tentar estabilizar a imagem do outro por meio de estereótipos, o discurso colonial acaba revelando sua própria instabilidade, pois cada repetição nunca é idêntica à anterior, abrindo brechas nas quais emergem ambiguidades, tensões e deslocamentos de sentido.

A leitura sobre a construção dessa representação do sujeito colonizado pode ser aprofundada quando articulada às reflexões de Albert Memmi (2007), para quem a figura do colonizado não é produto de observação empírica, mas de uma necessidade estrutural do sistema colonial. O chamado “retrato mítico” não apenas simplifica o outro, mas o insere em uma lógica funcional, na qual sua inferiorização aparece como algo naturalizado. Nesse processo, o colonizado deixa de ser percebido como sujeito histórico e passa a ocupar uma posição fixa dentro de uma hierarquia simbólica. No entanto, é importante notar que essa construção não atua apenas no plano da representação: ela reorganiza a própria experiência social, delimitando possibilidades de ação, reconhecimento e existência.

O que torna *Terra Papagalli* particularmente interessante é que o romance não se limita a reproduzir esse mecanismo, mas o expõe em funcionamento. A ironia, nesse caso, não atua apenas como recurso estilístico, mas como estratégia crítica que revela o quanto o olhar do narrador está condicionado por traduções forçadas. Um exemplo significativo aparece na cena da primeira missa, quando a paisagem americana é reinterpretada a partir de referências europeias:

Apenas com a presença do santo madeiro transfigurou-se a mata numa bela igreja natural, pois se não tínhamos luxuosos pilares, havia belos troncos de árvores, e se não tínhamos santos nos altares, havia graciosos papagaios que nos observavam piadosamente.(TORERO; PIMENTA, 2012, p. 39).

Mais do que uma simples analogia, o trecho evidencia um gesto recorrente do discurso colonial: a necessidade de traduzir o desconhecido em termos familiares. No entanto, essa tradução não é neutra. Ao transformar a mata em “igreja”, o narrador não apenas busca compreender o espaço, mas o rei inscreve dentro de uma lógica simbólica europeia, apagando sua especificidade. Nesse movimento, o que se perde não é apenas a alteridade do ambiente, mas também a possibilidade de produzir conhecimento a partir da diferença. O novo não é experimentado, ele é imediatamente domesticado.

Essa dificuldade se intensifica nas situações em que o desconhecido se apresenta de forma mais radical, isto é, quando não há categorias disponíveis que permitam sua assimilação imediata. Ao descrever o bicho-preguiça, por exemplo, o narrador não apenas demonstra estranhamento, mas constrói uma imagem marcada pelo excesso, pelo medo e pela deformação:

avistei uma criatura monstruosa e horrendíssima (...), e ao vê-la assim, sem preparação de espírito, esfriou-se-me a temperatura do corpo (...). É este ser do tamanho de um macaco (...). Seu aspecto é tremendamente feio e seu rosto parece o de uma mulher mal toucada. (TORERO; PIMENTA, 2012, p. 53).

Nesse caso, o desconhecido não é apenas mal interpretado, ele é transformado em algo ameaçador. Isso revela que o discurso colonial não opera apenas por inferiorização, mas também por produção de medo. O outro não é apenas diferente ou “menos”, mas potencialmente perigoso, o que contribui para justificar práticas de controle e dominação. A linguagem, aqui, desempenha um papel central: ao nomear, exagerar e deformar, o narrador não descreve a realidade, mas a reorganiza de acordo com suas próprias ansiedades e perspectivas. Esse mesmo movimento pode ser observado na cena do primeiro contato com os indígenas:

umas criaturas semelhantes a macacos, que andavam muito eretas e apontavam para nós. Porém, conforme a luz do dia a tudo ia clareando, pude ver que não eram animais e sim oito ou nove homens pintados de carmim e preto, e armados de arcs e flechas. (TORERO; PIMENTA, 2012, p. 37).

Aqui, o reconhecimento da humanidade do outro não elimina a hierarquia; ele apenas a reorganiza. O indígena deixa de ser animal, mas continua sendo interpretado dentro de categorias que o colocam em uma posição de diferença radical. Como discute Raimundo Nonato de Castro (2012), esse tipo de representação participa de um processo histórico mais amplo de desqualificação simbólica, no qual o outro é constantemente deslocado para fora do espaço de plena humanidade.

Nesse sentido, as reflexões de Peter Burke (2008) ao afirmar que a história é parte de uma construção cultural ajudam a perceber que o olhar do narrador em *Terra Papagalli* não é direto nem transparente, mas atravessado por referências culturais já disponíveis para ele. O que o narrador vê não é exatamente o indígena, mas aquilo que ele consegue reconhecer a partir de seu próprio repertório. Isso se revela, por exemplo, na necessidade constante de nomear, comparar ou classificar o outro, como se fosse preciso encaixá-lo em algo já conhecido para torná-lo compreensível. Um exemplo disso ocorre quando descreve uma fruta local afirmando que “parece uma meia-lua” e possui “casca [...] grossa como os pepinos”, acrescentando ainda que “não sei se já há dela na Europa” (TORERO; PIMENTA, 2011, p. 54). Nesse gesto, evidencia-se que a compreensão do novo passa pela comparação com o que lhe é familiar, tomando a experiência europeia como parâmetro de referência. No entanto, esse movimento não aproxima de fato, mas

produz uma compreensão limitada, que simplifica e, muitas vezes, distorce aquilo que escapa aos seus parâmetros. É justamente aí que a contribuição de Jorge Caldeira (2008) se torna produtiva para a leitura do romance, pois, ao problematizar o estatuto dos relatos históricos, o autor chama atenção para o fato de que descrições marcadas por equívocos e incompreensões nem por isso deixam de ser tomadas como verdade. Em *Terra Papagalli*, esse aspecto aparece de forma sutil, mas incisiva: o narrador relata com segurança aquilo que vê, mesmo quando sua percepção é claramente atravessada por estranhamento ou desconhecimento. Assim, o texto não apenas constrói uma imagem do indígena, mas também expõe como essa imagem pode se consolidar como legítima, revelando o quanto a “verdade” histórica pode estar apoiada em olhares parciais e interpretações interessadas.

Nesse contexto, o corpo do indígena assume um papel central na construção da alteridade. Como aponta Homi K. Bhabha (2019) o corpo do sujeito colonizado encontra-se simultaneamente inscrito em uma economia de poder, desejo e dominação. Em *Terra Papagalli*, o corpo não é apenas observado, ele é interpretado, classificado e carregado de significados que extrapolam sua materialidade. Trata-se de um espaço onde se projetam fantasias, medos e tentativas de controle, revelando que a relação colonial não se estrutura apenas no plano político ou econômico, mas também em dimensões simbólicas e afetivas.

Além disso, ao dialogar com Machado (2012), torna-se possível compreender que o romance histórico contemporâneo não se limita apenas a revisitar o passado, mas o reinterpreta criticamente por meio de estratégias como a ironia e a paródia, que colocam em evidência os mecanismos discursivos responsáveis por sua construção. Nesse sentido, a narrativa não busca simplesmente reconstruir os acontecimentos históricos, mas problematizar as formas pelas quais esses acontecimentos foram registrados e legitimados ao longo do tempo. Em *Terra Papagalli*, essa intervenção se realiza por meio de uma ironia que não destrói diretamente o discurso colonial, mas o coloca em funcionamento, expondo suas contradições. Isso se evidencia, por exemplo, na cena em que os personagens tentam estabelecer contato com os indígenas por meio de um discurso formal aprendido previamente: “Senhores bárbaros, bem-aventurados sois por receberdes os emissários de Sua Majestade...” (TORERO; PIMENTA, 2011, p. 57). A fala, marcada por uma linguagem solene e hierarquizante, pressupõe que o outro reconhecerá a autoridade europeia e aceitará, de imediato, uma posição de submissão; no entanto, como não há compreensão por parte dos indígenas, o discurso revela sua própria ineficácia, evidenciando o caráter artificial e impositivo das formas tradicionais de narração histórica. No entanto, essa expectativa é rapidamente frustrada, já que “não houve meio de entenderem o que lhes falamos” (TORERO; PIMENTA, 2011, p. 57), revelando não apenas uma falha de comunicação, mas o descompasso entre os universos culturais em jogo. A ironia da narrativa emerge justamente desse

contraste: enquanto o narrador apresenta o discurso com aparente segurança e legitimidade, a situação evidencia sua ineficácia. Nesse sentido, o romance não deve ser lido apenas como uma sátira do olhar europeu, mas como um texto que evidencia a precariedade desse olhar no próprio ato de narrar. Ao insistir em categorias, fórmulas e discursos que não produzem o efeito esperado, a narrativa torna visíveis suas falhas, seus excessos e suas limitações. Assim, ao expor o funcionamento desse tipo de enunciação que se pretende universal, mas se revela localizada e insuficiente, o romance mostra que o discurso colonial, longe de ser sólido e coerente, é atravessado por tensões que colocam em xeque sua própria autoridade.

Em *Terra Papagalli* (2011) a reconstrução do passado colonial não se limita à simples retomada de eventos históricos. O romance propõe algo mais instável: expõe como esse passado é narrado, filtrado e, sobretudo, manipulado. Nesse processo, a figura de Cosme Fernandes deixa de ser apenas um narrador para se tornar um agente ativo na construção de sentidos, alguém que não apenas relata a história, mas a organiza conforme seus próprios interesses, selecionando o que merece ser lembrado e o que pode ser apagado. Mais do que isso, sua voz evidencia que a narrativa histórica não é um espelho do real, mas um campo de disputa, no qual diferentes versões competem por legitimidade. Neste cenário, à primeira vista, Cosme parece ocupar uma posição marginal. Degradado, humilhado e constantemente alvo de violência simbólica, ele se apresenta como alguém deslocado dentro da estrutura colonial. No entanto, essa marginalidade não se traduz em ruptura. Pelo contrário: ao longo da narrativa, percebe-se que ela funciona como um recurso estratégico, quase uma máscara que lhe permite falar com maior liberdade sem, de fato, questionar os fundamentos do sistema que o exclui. Essa ambiguidade sugere que a marginalidade, longe de ser necessariamente subversiva, pode ser absorvida pela própria lógica dominante, tornando-se funcional a ela. Esse movimento já se anuncia quando ele dramatiza sua própria condição: “Reunindo todas as minhas forças [...] ‘Espera-me que eu me guardarei para ti!’ [...] ‘Anda, bode judeu!’” (TORERO; PIMENTA, 2011, p. 25). A cena oscila entre o trágico e o cômico. O gesto grandioso é imediatamente interrompido pela violência banal, produzindo um efeito de rebaixamento que estrutura o tom do romance. No entanto, mais do que evidenciar a humilhação, o trecho revela a forma como ela é narrada: há um excesso calculado, uma teatralização da dor que sugere que Cosme não apenas sofre sua condição, mas a encena. Nesse sentido, sua exclusão funciona como capital narrativo, pois ela legitima sua fala ao mesmo tempo em que a torna mais persuasiva, pois se apresenta como testemunho de quem viveu à margem, ainda que essa margem seja continuamente reescrita dentro da ordem colonial.

É dentro desse íterim que se nota que a ambiguidade percorre significativa parte do romance, pois mesmo quando parece assumir um olhar crítico, o narrador permanece preso à lógica que organiza o discurso colonial. Isso se torna evidente na forma como o Novo Mundo é

imaginado antes mesmo de ser conhecido. Ao relatar as expectativas da tripulação, Cosme registra: “Jácome Roiz falou que gostaria de ir às ilhas Afortunadas [...]; Valério [...] a ilha de São Brandão [...]; Afonso Ribeiro [...] ilha das Mil Mulheres [...]” (TORERO; PIMENTA, 2011, p. 29). Mais do que simples fantasia, esse trecho evidencia um mecanismo de antecipação simbólica: o território é previamente preenchido por imagens e desejos europeus. O desconhecido não é enfrentado como tal, mas traduzido em termos familiares. Isso revela uma operação fundamental do discurso colonial: antes de dominar materialmente o espaço, ele o domina simbolicamente. Assim, quando a terra é finalmente encontrada, ela já está, de certo modo, interpretada, e, portanto, pronta para ser apropriada e integrada a uma lógica que a antecede. Esse processo se intensifica no contato com os povos indígenas. A percepção inicial é marcada por uma oscilação significativa: “Vi umas criaturas semelhantes a macacos [...] pude ver que não eram animais e sim oito ou nove homens [...]” (TORERO; PIMENTA, 2011, p. 37). A correção do olhar não elimina a hierarquia inicial; ela apenas a reorganiza. O indígena continua sendo percebido a partir de uma lógica de inferiorização, agora mais sutil, mas ainda operante. Essa oscilação revela que o reconhecimento da humanidade do outro não implica necessariamente igualdade, mas pode coexistir com formas renovadas de dominação. A alteridade é, assim, admitida apenas até o ponto em que não ameaça a estrutura hierárquica que sustenta o olhar europeu. Essa lógica se aprofunda quando o narrador descreve os corpos femininos: “Eram limpas e tinham suas partes altas e bem cerradinhas.” / “Acendeu-se em nós o natural lume da luxúria [...]” (TORERO; PIMENTA, 2011, p. 38). Aqui, o que se apresenta como descrição revela um movimento de apropriação simbólica. O corpo indígena é reduzido à sua dimensão física, transformado em objeto de desejo e domínio. Esse gesto não é apenas individual, mas estrutural: ele articula desejo, poder e território. O corpo feminino, nesse contexto, funciona como extensão metafórica da terra colonizada, algo a ser explorado, possuído e incorporado. A erotização, portanto, não suaviza a violência; ela a reinscreve em outra chave, tornando-a mais difusa, mas não menos eficaz.

A religião, por sua vez, aparece como outro instrumento fundamental de enquadramento. Diante da nudez indígena, o narrador relata: “Ao ver tamanha quantidade de homens nus, frei Henrique teimou que não podia rezar missa [...] Adão e Eva quando estavam nus eram mais puros [...]” (TORERO; PIMENTA, 2011, p. 39). O que está em jogo aqui não é apenas um conflito moral, mas uma tentativa de tradução cultural. O outro só pode ser compreendido se for inserido em categorias já conhecidas. Esse processo revela um limite fundamental: a diferença não é reconhecida em sua autonomia, mas apenas na medida em que pode ser reinterpretada. A religião, nesse sentido, funciona como um dispositivo que reorganiza o mundo, enquadrando o desconhecido dentro de uma narrativa que reafirma a centralidade europeia.

Ao longo da narrativa, Cosme também evidencia um aspecto central: o controle sobre aquilo que é contado. Quando afirma: “Infelizmente [...] aí se acaba meu diário [...] sirvo-me agora apenas da memória.” (TORERO; PIMENTA, 2011, p. 43), ele não abdica de sua autoridade — ao contrário, a reforça. A memória, nesse caso, não é limitação, mas estratégia. Ela permite selecionar, reorganizar e até reinventar os acontecimentos. O passado deixa de ser algo a ser recuperado e passa a ser algo a ser produzido. Esse gesto explicita que narrar é sempre um ato de poder, pois implica decidir o que será lembrado e o que será esquecido. Esse controle se manifesta também nos silêncios. Em passagens como: “Como não encontramos caça [...] chupamos até mesmo os ossos [...]” (TORERO; PIMENTA, 2011, p. 50), a terra aparece como espaço disponível, sem menção à presença indígena. Esse apagamento não é casual: ele constitui uma estratégia discursiva que legitima a ocupação. Ao narrar a terra como vazia, o discurso colonial elimina a necessidade de justificar a invasão. O que não é nomeado deixa de existir no plano narrativo e, portanto, pode ser apropriado sem conflito. Esse mesmo mecanismo opera na ressignificação dos elementos naturais: “Mais certo seria se o chamassem de maná [...] caiu do céu para alimentar o povo de Deus.” (TORERO; PIMENTA, 2011, p. 52). Ao associar o fruto local ao maná bíblico, o narrador não apenas sacraliza o alimento, mas reescreve sua origem. O que já existia passa a ser interpretado como dádiva divina destinada aos colonizadores. Trata-se de uma apropriação simbólica que desloca o sentido da experiência e apaga completamente os saberes indígenas.

Ao longo da obra, pode-se perceber que a centralização do narrador atinge um ponto extremo quando ele afirma: “O próprio rei D. Manuel veio à minha presença [...] e disse que era meu servo [...]” (TORERO; PIMENTA, 2011, p. 52). Esse trecho revela mais do que humor: evidencia uma lógica de reorganização do mundo em torno do sujeito narrador. Cosme não apenas participa da história ele a reconfigura, colocando-se no centro absoluto dos acontecimentos. Esse movimento reduz a complexidade histórica e reforça uma visão hierárquica e autocentrada, na qual outras vozes são progressivamente silenciadas. O gesto de nomeação reforça essa dinâmica: “Somos os reis deste lugar.” (TORERO; PIMENTA, 2011, p. 55). Nomear, aqui, é exercer poder. Ao atribuir sentidos, o narrador delimita a forma como o espaço será percebido e lembrado, afinal, a linguagem não apenas descreve o mundo, ela o constrói.

É na parte final do romance que surge uma crítica que, à primeira vista, parece contundente: “Onde reinam a burla, a roubaria e mais pode quem é mais velhaco.” (TORERO; PIMENTA, 2011, p. 191). No entanto, essa crítica permanece limitada, pois se dirige mais aos comportamentos individuais dos colonizadores do que ao sistema colonial em si. Esse deslocamento não é irrelevante: ao focalizar os excessos, a narrativa acaba por preservar a lógica que os sustenta, operando menos como contestação do que como uma forma de ajuste interno.

Em *Terra Papagalli*, essa ambiguidade se intensifica no desfecho, quando a violência deixa de aparecer como exceção e passa a ser incorporada como princípio de organização das relações. A máxima “quem não come é comido” não surge, nesse sentido, como um momento isolado, mas como condensação de uma lógica já em funcionamento ao longo da narrativa, na qual a sobrevivência se articula à dominação e à eliminação do outro. O humor que atravessa essas cenas participa diretamente desse processo. Longe de produzir um distanciamento crítico estável, ele contribui para tornar a violência assimilável, diluindo seu impacto ao inseri-la em uma dinâmica de naturalização. Assim, aquilo que poderia tensionar a narrativa a brutalidade das relações é reabsorvido por meio de uma tonalidade que oscila entre o cômico e o pragmático. Desse modo, a narrativa não rompe com a lógica colonial, mas a reinscreve sob outras formas, revelando como a crítica, ao não alcançar a estrutura, pode acabar reiterando aquilo que aparentemente busca questionar.

Assim, a figura de Cosme Fernandes se revela profundamente ambígua. Sua marginalidade, que poderia sugerir resistência, funciona como meio de inserção no próprio discurso dominante. Ele critica, mas não rompe; ironiza, mas não desestabiliza. Ao final, sua narrativa evidencia algo fundamental: a história não depende apenas do que aconteceu, mas de quem a conta, e Cosme, mesmo à margem, continua falando a partir de um lugar de poder, organizando o passado de forma interessada e garantindo que sua versão permaneça como uma das possíveis e, talvez, a mais convincente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo permitem compreender que *Terra Papagalli* ultrapassa a simples paródia do passado colonial, configurando-se como um espaço crítico de problematização das formas de narrar e legitimar a história. Ao tensionar as relações entre ficção e história, memória e invenção, o romance evidencia que o discurso histórico não é neutro, mas atravessado por escolhas, enquadramentos e relações de poder que produzem sentidos e silenciam outras possibilidades de leitura.

Nesse contexto, a representação do sujeito colonizado revela-se profundamente mediada pelo olhar do colonizador, que oscila entre fascínio, exotização e ameaça. Ao longo da narrativa, isso se torna visível nas tentativas de descrever e compreender o outro a partir de categorias europeias, muitas vezes marcadas por incompreensão ou simplificação. Essa ambivalência, conforme discutido por Homi K. Bhabha (2019), evidencia que o estereótipo colonial não se sustenta pela fixidez, mas por sua instabilidade constitutiva. Ao mesmo tempo, em diálogo com

Albert Memmi (2007), observa-se que tais representações não são casuais, mas respondem a uma necessidade estrutural de produção de hierarquias que sustentam o sistema colonial.

A figura de Cosme Fernandes torna essa dinâmica ainda mais evidente. Sua narrativa, atravessada por ironia e ambiguidade, não rompe diretamente com o discurso colonial, mas o expõe em funcionamento. Em vários momentos, especialmente quando há tentativas de comunicação ou de explicação dos costumes indígenas, o que aparece não é apenas o outro sendo descrito, mas também os limites do próprio narrador, seus pressupostos, suas dificuldades e seus modos de ver.

Dessa forma, *Terra Papagalli* não apenas revisita o passado, mas intervém criticamente nas formas de representá-lo, mostrando que aquilo que se apresenta como verdade histórica é atravessado por disputas, interesses e instabilidades. Ao evidenciar esses processos, o romance contribui para uma leitura mais crítica da tradição historiográfica e literária, reforçando que a construção do sujeito colonizado não é um reflexo da realidade, mas o resultado de práticas discursivas que ainda reverberam no presente.

Por fim, essas reflexões apontam para a necessidade de repensar não apenas os conteúdos da história colonial, mas também as formas pelas quais ela continua sendo ensinada, narrada e reinterpretada. Ao colocar em evidência os mecanismos que sustentam determinadas versões do passado, *Terra Papagalli* abre espaço para leituras mais críticas e plurais, nas quais a alteridade deixe de ser reduzida a categorias fixas e passe a ser compreendida em sua complexidade histórica e discursiva.

### ***Agradecimentos***

Este trabalho foi desenvolvido com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). A bolsa de pesquisa foi fundamental para proporcionar os recursos necessários à realização deste estudo, permitindo não apenas um aprofundamento teórico significativo, mas também a análise crítica da obra *Terra Papagalli* e a participação em importantes eventos de socialização científica. Esse suporte possibilitou uma dedicação integral à pesquisa, contribuindo de maneira substancial para meu desenvolvimento acadêmico e profissional.

Agradeço imensamente ao CNPq pela confiança e pelo investimento em minha formação como pesquisadora. O apoio financeiro proporcionado tem um impacto direto na evolução de minha trajetória acadêmica, fortalecendo minhas habilidades de pesquisa e ampliando meu entendimento sobre o processo científico. Esse suporte também evidencia a importância dos investimentos públicos em ciência e educação, fundamentais para a formação de novas gerações

de pesquisadores e para o avanço do conhecimento no Brasil. Sem essas oportunidades, o desenvolvimento de projetos como este seria significativamente mais desafiador.

Além disso, a participação no PIBIC proporcionou uma visão mais ampla sobre a importância da pesquisa acadêmica na construção de uma sociedade mais crítica e consciente. Acredito que essa experiência foi um marco em meu crescimento profissional, não apenas pelos conhecimentos adquiridos, mas também pela valorização da ciência como um pilar essencial para o progresso e a inovação no país. Por fim, agradeço profundamente pela oportunidade e por todo o aprendizado que essa jornada me proporcionou.

## REFERÊNCIAS

- BHABHA, Homi K. A outra questão: o estereótipo, a discriminação e o discurso do colonialismo. In: BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. 2. ed., 2. reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. p. 117–144.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. Tradução de Magda Lopes. 7. reimp. São Paulo: Editora Unesp, 1992. p. 7–38.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- CALDEIRA, Jorge. *A História Contada Por Quem Viu*. São Paulo: Mameluco, 2008.
- CASTRO, Raimundo Nonato de. “As representações indígenas no processo de colonização do Brasil”. Revista Eletrônica *História em Reflexão*: Vol. 6 n. 11 – UFGD – Dourados, pp.4-6 jan/jun 2012. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/viewFile/1875/1043>. Acesso em 17/03/2026.
- HUTCHEON, L.; *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Tradução de Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.
- MACHADO, T. P. *O descobrimento do Brasil: ficção e história em Terra Papagalli e Naufragos, Traficantes e Degredados*. Monografia (Especialização) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- MEMMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido de Retrato do colonizador*. Prefácio de Jean-Paul Sartre. Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- PIMENTA, M. A.; TORERO, J. R. *Terra Papagalli*. 2. ed. Rio de Janeiro: Alfaguara, 2011.